

## ÍNDICE

NOTA PRÉVIA À TERCEIRA EDIÇÃO	5
NOTA PRÉVIA À SEGUNDA EDIÇÃO	7
NOTA PRÉVIA	9

A GRATUITIDADE DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO: OBSERVAÇÕES SOBRE O ARTIGO 15.º DO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO	11
1. Enquadramento	11
2. A tendencial gratuitidade: uma fórmula conhecida	15
3. A gratuitidade: um princípio fundamental do CPA	17
4. Sanções administrativas e a existência de “custas”: uma violação do artigo 15.º, n.º 1, do CPA?	20
5. Conclusões	22

A LEGITIMAÇÃO DEMOCRÁTICA DAS DECISÕES ADMINISTRATIVAS AUTOMATIZADAS	25
I. Enquadramento e razão de ordem	25
II. Decisões administrativas automatizadas e o mecanismo de “Pensão na Hora”	27
III. A legitimação democrática das decisões administrativas automatizadas	31
IV. Conclusão	36

MEDIDAS PROVISÓRIAS, SUSPENSÕES PREVENTIVAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: PROBLEMAS CONSTITUCIONAIS	37
1. Introdução	37

2. O estatuto especial de poder e o Direito Sancionatório Administrativo: uma coordenada para a protecção da parte mais fraca	39
3. Medidas provisórias e suspensões preventivas no Direito Sancionatório Administrativo: alguns problemas	43
4. Medidas provisórias e suspensões preventivas: problemas constitucionais	49
5. Os limites das suspensões preventivas: a propósito da recente jurisprudência constitucional	59
6. As sanções preventivas que são automáticas: o caso muito particular do Direito Disciplinar no Direito Administrativo do Desporto	62
7. As limitações da liberdade de prova por regulamentos administrativos e sanções administrativas: o problema da presunção de veracidade	66
8. Notas sobre os limites da cognição dos tribunais estaduais	74

## A LÍNGUA PORTUGUESA E O DIREITO ADMINISTRATIVO 81

1. Introdução	81
2. A comunicação da (e com a) Administração como elemento essencial da participação dos particulares no procedimento administrativo: a importância da língua	85
3. A língua portuguesa como língua estadual: uma imposição constitucional	87
4. A língua portuguesa como língua do procedimento administrativo	91
5. A língua portuguesa e a arbitragem	99
6. Conclusão	100

## A MEDIAÇÃO NO DIREITO ADMINISTRATIVO: EM DEFESA DA CONSAGRAÇÃO LEGAL DE MECANISMOS COMPENSATÓRIOS PARA A PROTECÇÃO DA PARTE MAIS FRACA 103

1. Enquadramento	103
2. Conceito e função da mediação no Direito Administrativo	106
3. As limitações na submissão de conflitos de Direito Administrativo a procedimentos de mediação	112
4. Os princípios aplicáveis à mediação no Direito Administrativo	118
5. A mediação no Direito Administrativo e as partes mais fracas: em defesa de um novo modelo	120
6. Os mecanismos de protecção da parte mais fraca no Direito Administrativo: enquadramento	125
6.1. O estabelecimento da obrigação de intervenção do mediador	126

6.2. A obrigatoriedade de acompanhamento das partes por advogado	127
6.3. O controlo posterior à celebração do acordo relativo ao resultado da mediação por um terceiro	129
6.4. A consagração de um período de arrependimento irrenunciável	131
6.5. Notas conclusivas: sugestões para fazer face à necessidade (urgente) de proteger as partes mais fracas na mediação de Direito Administrativo	132

A “ARBITRAGEM ADMINISTRATIVA”: UM CONCEITO DE GEOMETRIA VARIÁVEL	133
1. Enquadramento	133
2. Direito Europeu e a arbitragem no Direito Administrativo	136
3. A noção constitucional de arbitragem: implicações no Direito Administrativo	147
4. A “judicialização” da noção de arbitragem: o caso da “arbitragem administrativa”?	150
5. A arbitragem necessária do Tribunal Arbitral do Desporto: sobre a incoerência conceptual de um regime jurídico	152
6. Notas conclusivas e reflexões futuras	153

A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DAS CUSTAS ELEVADAS E A ARBITRAGEM NECESSÁRIA: A PROPÓSITO DE UMA JURISPRUDÊNCIA RECENTE	155
1. Enquadramento	155
1.1. A arbitragem necessária no Direito Administrativo: o caso do Tribunal Arbitral do Desporto	156
1.2. Contexto fáctico do Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul de 6 de Dezembro de 2017	158
1.3. Delimitação da exposição	160
2. O problema da onerosidade dos encargos com o processo arbitral na arbitragem necessária	165
2.1. As especificidades da arbitragem necessária	165
2.2. O problema da inconstitucionalidade da arbitragem necessária: o caso das custas do Tribunal Arbitral do Desporto	165
2.2.1. A inconstitucionalidade por onerosidade dos encargos com o processo arbitral quando comparado com a jurisdição administrativa	168

2.2.2. A inconstitucionalidade pela desproporcionalidade dos encargos com o processo arbitral face ao valor da causa	172
2.2.3. A inconstitucionalidade orgânica da fixação do valor dos encargos com o processo arbitral por Portaria	174
3. O problema da constitucionalidade das custas na arbitragem necessária: a propósito de uma jurisprudência recente	178

A “MANIFESTAÇÃO EXPRESSA” NA REMISSÃO PARA REGULAMENTOS DE CENTROS DE ARBITRAGEM E O RECURSO NA ARBITRAGEM DE DIREITO ADMINISTRATIVO: A PROPÓSITO DE UMA INVERSÃO JURISPRUDENCIAL RECENTE	181
1. A arbitragem de Direito Administrativo: enquadramento	181
2. A inexistência de recurso na arbitragem de Direito Administrativo como regra fundamental?	183
3. Brevíssimas notas sobre a arbitragem institucionalizada no Direito Administrativo	184
4. A convenção de arbitragem, o recurso e a “manifestação expressa” na remissão para regulamentos de centros de arbitragem	186
5. Notas conclusivas	190

PARECER SOBRE A COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL ARBITRAL DO DESPORTO: O CONCEITO DE “QUESTÕES ESTRITAMENTE DESPORTIVAS” E O ARTIGO 4.º, N.º 6, DA LEI DO TRIBUNAL ARBITRAL DO DESPORTO	193
1. Contextualização da matéria de facto	194
1.2. O caso:	194
1.3. As normas centrais:	194
2. Do método	195

ADENDA A PARECER SOBRE A COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL ARBITRAL DO DESPORTO E O CONCEITO DE “QUESTÕES ESTRITAMENTE DESPORTIVAS” NA RECENTE JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS	241
1. Introdução	241

2.	A doutrina emergente do acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul de 7 de Outubro de 2021	242
3.	O caminho seguido pelo acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul de 18 de Novembro de 2021	244